

*mf  
gels*

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Em 31 de Dezembro de 2018**

(Valores expressos em euros)

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

**1.1 – Casa do Povo de Ponta Delgada**

**1.2 – Sede**

Estrada António Carvalhal, 118 - Enxurros

Ponta Delgada – São Vicente

**1.3 – NIPC**

511047380

**1.4 – Natureza da actividade**

Dar apoio à população, solidariedade, beneficência e promoção de organizações de eventos tradicionais e culturais

**1.5 – Outras informações**

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O balanço em 31 de Dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração individual de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

**2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Bases de Preparação**

*J. Lobo*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), integrando a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado na NCRF-ESNL, sendo todas as divulgações em notas feitas por força dessa NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Foi, também, tido em conta, a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados no âmbito do SNC-ESNL.

A informação financeira relativa ao exercício de 2011, último exercício de adoção do SNC, e período de transição para efeitos da primeira adoção da NCRF-ESNL, foi construída em obediência àquela NCRF, não tendo sido identificados ajustamentos de transição a efetuar, pelo que, se procedeu, apenas, à reclassificação de todas as rubricas do balanço, redistribuindo as respetivas quantias monetárias, das anteriores classificações segundo a codificação de contas SNC, para as codificações de contas previstas no SNC-ESNL e nos respetivos modelos de demonstrações financeiras.

É convicção da Direcção que, da metodologia adotada na transposição de referencial contabilístico não resultam erros e distorções significativos que afetem o princípio da imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do desempenho da Associação, para as datas e períodos de relato em causa, em face do SNC-ESNL.

Dado que não foram identificados ajustamentos de transição a efetuar, o efeito nas demonstrações financeiras da Casa do Povo do período findo em 31 de dezembro de 2012 decorrente da adoção e aplicação do SNC-ESNL, foi nulo, com exceção das alterações ao nível de apresentação e divulgação, decorrentes da entrada em vigor do novo normativo.

## **2.2.- Disposições derogadas**

Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

## **2.3. - Comparabilidade das rubricas do balanço e da demonstração de resultados**

Os critérios de reconhecimento e bases de mensuração adoptadas na preparação das demonstrações financeiras não sofreram alterações pelo que não existem quaisquer restrições ao nível da comparabilidade das diferentes rubricas do balanço e da demonstração dos resultados.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário.

### **3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos desta entidade de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

#### **ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, quando o activo está disponível para uso, pelo método da linha recta, de forma consistente de período a período, de acordo com as seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento Administrativo	3 a 6

#### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os activos financeiros, os passivos financeiros ou os instrumentos de capital próprio são reconhecidos apenas quando a entidade se constitui como uma parte das disposições contratuais do empréstimo.

Os activos financeiros são desconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do activo financeiro expiram, ou quando transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o activo financeiro.

Os Passivos financeiros são desconhecidos quando os mesmos se extinguem, ou seja, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire

#### **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade,

subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direcção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

### **3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuadas juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

### **3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

## **4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:**

De referir, que, não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas com impacto material nos elementos das demonstrações financeiras; não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas com impacto material nos elementos das demonstrações financeiras; e não foram identificados quaisquer erros materiais relativos a períodos anteriores.

## **5- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha recta, durante as vidas úteis estimadas, mencionadas na nota 3.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o movimento ocorrido no valor dos Activos Fixos Tangíveis foi o seguinte:

Em 2018

Classe de activos / Valores apurados		Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Início do Período	Valor bruto escriturado	124.525,23	24.549,43	13.800,63	15.187,21	5.594,75	183.657,25
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade	27015,5	24.549,43	13.800,63	15.187,21	5.594,75	86.147,52
	Quantia líquida	97.509,73	0,00	0,00	0,00	0,00	97.509,73
Período	Aquisições do período				1.318,73		1.318,73
	Depreciação do período	2.490,50	0,00	0,00	96,55	0,00	2.587,05
Fim do período	Valor bruto escriturado	124.525,23	24.549,43	13.800,63	16.505,94	5.594,75	184.975,98
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	29.506,00	24.549,43	13.800,63	15.283,76	5.594,75	88.734,57
	Quantia líquida	95.019,23	0,00	0,00	1.222,18	0,00	96.241,41

Em 2017

Classe de activos / Valores apurados		Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Início do Período	Valor bruto escriturado	124.525,23	24.549,43	13.800,63	15.187,21	5.594,75	183.657,25
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade	24.525,00	24.549,43	13.800,63	15.187,21	5.594,75	83.657,02
	Quantia líquida	100.000,23	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,23
Período	Aquisições do período						0,00
	Depreciação do período	2.490,50	0,00	0,00	0,00		2.490,50
Fim do período	Valor bruto escriturado	124.525,23	24.549,43	13.800,63	15.187,21	5.594,75	308.182,48
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade)	27.015,50	24.549,43	13.800,63	15.187,21	5.594,75	113.163,02
	Quantia líquida	97.509,73	0,00	0,00	0,00	0,00	97.509,73

## 8 - Fornecimentos e Serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

RUBRICAS	2018	2017
Trabalhos Especializados	8.798,24	5.178,65
Publicidade e Propaganda	-	2.599,82
Honorários	-	94,50
Conservação e reparação	923,72	9,95
Serviços bancários	325,76	-
Ferramentas e utensílios	4.981,06	3.686,21
Livros e documentação técnica	35,28	-
Material de Escritório	423,51	728,28
Electricidade	949,08	726,87
Combustíveis	2.740,41	884,01
Água	49,74	4,10
Deslocações, estadas e transportes	552,25	296,60
Comunicação	749,82	1.006,57
Seguros	634,01	539,53
Contencioso e notariado	461,26	-
Despesas de representação	156,83	697,73
Limpeza, higiene e conforto	354,41	17,27
Outros Serviços	6.130,62	15,00
Total	28.266,00	16.485,09

## 9 – BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal do período de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações do Pessoal	13.873,48	11.209,82
Encargos Sobre Remunerações	2.010,01	1.602,31
Seguro	-	57,42
Outros gastos com pessoal	307,20	77,10
<b>Total</b>	<b>16.190,69</b>	<b>12.946,65</b>

## 6 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Estado e O. Entes Públicos</b>						
<b>Activos</b>						
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Imposto sobre valor Acrecentado			0,00			0,00
<b>Total Activo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivos</b>						
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Retenção Impostos sobre Rendimento			0,00			0,00
Imposto sobre valor acrescentado			0,00			0,00
Contribuições para Segurança Social	210,28		210,28	208,32		208,32
Fundo compensação trabalho			0,00			0,00
<b>Total Passivo</b>	<b>210,28</b>	<b>0,00</b>	<b>210,28</b>	<b>208,32</b>	<b>0,00</b>	<b>208,32</b>

## 7 – Subsídios, doações e legados à exploração

No período de 2018 e 2017 foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

NATUREZA	2018	2017
Município São Vicente	18.200,00	15.702,13
SRIAS	22.566,94	12.566,94
SRAP	6.010,40	6.000,00
Subsidios outras entidades	1.478,75	-
<b>Total</b>	<b>48.256,09</b>	<b>34.269,07</b>

A rubrica «outros gastos» inclui gastos com Farmácia e formação.

## 10 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 10.1 - Acontecimentos após a data do balanço

**10.1.1** A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 20 de Março de 2019.

**10.1.2-** Não se verificaram acontecimentos após a data do Balanço que impliquem ajustamentos aos valores apresentados ou divulgação adicional.

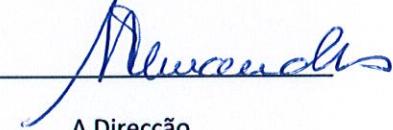
### 10.2 - Divulgações exigidas por diplomas legais

**10.2.1-** Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado ou Outros entes Públcos.

Funchal, 20 de Março de 2019



CC n.º 74446



A Direcção

C

C

C

C

C

C

T

T

T

T

T

T

W

W

W

W

W

W

Y

Y

Y

Y

Y

Y

Z

Z

Z

Z

Z

Z

U

U

U

U

U

U

V

V

V

V

V

V

X

X

X

X

X

X

Q

Q

Q

Q

Q

Q

R

R

R

R

R

R

S

S

S

S

S

S

T

T

T

T

T

T

U

U

U

U

U

U

V

V

V

V

V

V

W

W

W

W

W

W

X

X

X

X

X

X

Y

Y

Y

Y

Y

Y

Z

Z

Z

Z

Z

Z

U

U

U

U

U

U

V

V

V

V

V

V

W

W

W

W

W

W

X

X

X

X

X

X

Y

Y

Y

Y

Y

Y

Z

Z

Z

Z

Z

Z

U

U

U

U

U

U

V

V

V

V

V

V

W

W

W

W

W

W

X

X

X

X

X

X

Y

Y

Y

Y

Y

Y

Z

Z

Z

Z

Z

Z

U

U

U

U

U

U

V

V

V

V

V

V

W

W

W

W

W

W

X

X

X

X

X

X

Y

Y

Y

Y

Y

Y

Z

Z

Z

Z

Z

Z

U

U

U

U

U

U

V

V

V

V

V

V

W

W

W

W

W

W

X

X

X

X

X

X

Y

Y

Y

Y

Y

Y

Z

Z

Z

Z

Z

Z

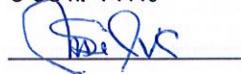
## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		31-12-2018	31-12-2017	
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos patrimoniais:</b>				
Fundos.....				
Excedentes Técnicos.....				
Reservas .....		27.164,21	44.036,95	
Resultados transitados.....				
Excedentes de revalorização.....		118.589,60		
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais.....				
Resultado líquido do período.....		145.753,81 3.338,17 149.091,98	44.036,95 2.296,49 46.333,44	
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>149.091,98</b>	<b>46.333,44</b>	
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente:</b>				
Provisões.....			66.817,35	
Provisões específicas.....				
Financiamentos obtidos.....				
Outras dívidas a pagar.....			66.817,35	
<b>Passivo corrente:</b>				
Fornecedores.....	3.1	338,70	1.371,45	
Estado e outros entes públicos.....	6	210,28	208,32	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc/membros				
Financiamentos obtidos.....				
Diferimentos.....	3.1	1.718,00	1.065,45	
Outros passivos correntes.....		2.266,98	4.442,33	
<b>Total do passivo</b>		<b>2.266,98</b>	<b>71.259,68</b>	
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>151.358,96</b>	<b>117.593,12</b>	

Página 2 de 2

O CC n.º 74446



A Direcção



## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária: EURO		
		31-12-2018	31-12-2017	
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo não corrente:</b>				
Activos fixos tangíveis.....	3.1, 5	96.241,41	97.509,73	
Bens do património histórico e cultural.....				
Activos intangíveis.....				
Investimentos Financeiros.....				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dadores/assoc/membros				
Outros créditos e ativos não correntes				
		96.241,41	97.509,73	
<b>Activo corrente:</b>				
Inventários.....	6		250,00	
Créditos a receber.....				
Estado e outros entes públicos.....				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dadores/assoc/membros				
Diferimentos.....		113,12	107,87	
Outros activos correntes.....		50.579,06	17.583,17	
Caixa e depósitos bancários.....		4.425,37	2.142,35	
		55.117,55	20.083,39	
<b>Total do Activo</b>		<b>151.358,96</b>	<b>117.593,12</b>	

Página 1 de 2

O CC n.º 74446

A Direcção

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Periodo findo em 31 de Dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2018	2017
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados.....			
Subsídios, doações e legados à exploração.....	7	48.256,09	34.269,07
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....			
Fornecimentos e serviços externos.....	8	(28.266,00)	(16.485,09)
Gastos com o pessoal.....	3.1, 9	(16.190,69)	(12.946,65)
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outras Imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos.....		2.695,95	952,38
Outros gastos.....		(570,08)	(709,77)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		5.925,27	5.079,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(2.587,05)	(2.490,50)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		3.338,22	2.589,44
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....		(,05)	(292,95)
<b>Resultado antes de impostos</b>		3.338,17	2.296,49
Imposto sobre o rendimento do período.....			
<b>Resultado líquido do período</b>		3.338,17	2.296,49

O CC n.º 74446

A Direcção

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Período Findo em 31 de Dezembro de 2018

(Método Directo)

		Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
	NOTAS	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes			
Pagamentos de Subsídios	7	48.256,09	34.269,07
Pagamentos a Fornecedores		6.313,52	17.770,01
Pagamentos ao Pessoal		(16.599,07)	(12.690,00)
Caixa gerada pelas operações		<b>37.970,54</b>	<b>39.349,08</b>
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(34.368,41)	(40.971,35)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<b>3.602,13</b>	<b>(1.622,27)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis			(1.318,73)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<b>(1.318,73)</b>	
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			
Realizações de Fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos			(,05)
Juros e gastos similares			(292,95)
Dividendos			
Redução de Fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<b>(,05)</b>	<b>(292,95)</b>
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		<b>2.283,35</b>	<b>(1.915,22)</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		<b>2.142,35</b>	<b>4.057,57</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<b>4.425,70</b>	<b>2.142,35</b>

O CC nº 74446



A Direcção



Casa do Povo da Ponta Delgada

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**  
dez-18

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados			
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados			
<b>Resultado bruto</b>		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Outros Rendimentos	7	50.952,04 €	35.221,45 €
Gastos de Distribuição (6253)		(47.307,04)	(32.924,96)
Gastos Administrativos a)	3.1,5,9		
Gastos de Investigação e Desenvolvimento b)		(306,83)	
Outros Gastos c)		3.338,17	2.296,49
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3.338,17</b>	<b>2.296,49</b>
Gastos de financiamento (líquidos)			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3.338,17</b>	<b>2.296,49</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3.338,17</b>	<b>2.296,49</b>

(a) 62-(621+6253)+63-(63 Custo das vendas e dos serviços prestados) +64-641+65-653+664+67+683+684+6853

(b) Estes valores serão deduzidos aos valores das rubricas normalmente consideradas em "gastos administrativos" ou em "outros"

(c) 641+653+66-664+681+682+6851+6852+6858+686+687+688+689

CC N° 74446



A Direção



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e três dias do mês de Março de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Casa do Povo de Ponta Delgada, sita, na Estrada António Carvalhal, 118 - Enxurros – Ponta Delgada, concelho de São Vicente, os membros da entidade, contribuinte Nº 511047380----  
Estavam presentes os membros, devidamente convocados nos termos estatutários.--  
O que permite a constituição da Assembleia Geral, com dispensa de formalidades prévias, nos termos do artigo cinquenta e cinco, do Código das Sociedades Comerciais, tendo a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto único: Apreciação, discussão e votação das contas da Casa do Povo de Ponta Delgada, do exercício de dois mil e dezoito. -----

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos, foram apresentadas as contas do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezoito, que depois de terem sido devidamente apreciadas e discutidas, foram postas à votação tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

O resultado líquido do exercício foi de 3 338,17 €, (três mil trezentos trinta e oito euros e dezassete centimos), positivos, representando um lucro para o corrente exercício. -----

A Assembleia deliberou por unanimidade aplicar o resultado em Resultados Transitados. -----



E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta, lavrando-se para constar, a presente acta que depois de lida vai assinada por todos os membros presentes. -----

O Presidente

O Secretário

Álvaro Argémio Chaves da Silva

O Vogal

Jorge Andrade

Nome: CASA DO PVO DE PONTA DELGADA  
Morada: Sítio do Açougue  
Cód. Postal: 9240 Ponta Delgada  
N.I.P.C.: 511 047 380  
Matr.Cons.R.C.: Sob. o N.<sup>o</sup>  
Capital Social: 0,00 Euros C.A.E.: 91333

Página:

54

## LIVRO DE ACTAS

### Acta Número Trinta e Cinco

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezanove, pelas 18 horas e trinta minutos, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Casa do Povo de Ponta Delgada, sita, na Estrada António Carvalhal, 118 - Enxurros – Ponta Delgada, concelho de São Vicente, os membros da entidade, contribuinte Nº 511047380----

Estavam presentes os membros, devidamente convocados nos termos estatutários.-  
O que permite a constituição da Assembleia Geral, com dispensa de formalidades prévias, nos termos do artigo cinquenta e cinco, do Código das Sociedades Comerciais, tendo a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Apreciação, discussão e votação do relatório e contas da Casa do Povo de Ponta Delgada, do exercício de dois mil e dezoito. -----

Ponto dois: publicação no JORAM dos estatutos da casa do povo e sua equiparação a IPSS. -----

Ponto três: outros assuntos.-----

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, foram apresentadas as contas do exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, que depois de terem sido devidamente apreciadas e discutidas, foram postas à votação tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

O resultado líquido do exercício foi de 3 338,17 €, (três mil trezentos trinta e oito euros e dezasseis céntimos), positivos, representando um lucro para o corrente exercício. -----

A Assembleia deliberou por unanimidade aplicar o resultado em Resultados Transitados. -----

No ponto dois da ordem de trabalhos a presidente da direção informou que a alteração de estatutos da Casa do Povo de Ponta Delgada fora registada no cartório notarial do Funchal de Isabel Filipa Pestana Pinto Ferreira, no dia dezoito de dezembro de dois e dezoito. Também informou que o Instituto de Segurança Social da Madeira declarou que a Casa do Povo de Ponta Delgada prosseguia aos objetivos previstos nos estatutos das Instituições de Solidariedade Social, como tal a mesma foi equiparada a IPSS, aplicando-se-lhe o mesmo estatuto de direitos, deveres, benefícios, designadamente fiscais, em dezanove de dezembro de dois mil e dezoito. Mais informou que todos estes procedimentos dos estatutos da Casa do Povo e da sua equiparação a IPSS encontram-se disponíveis na publicação de quinta-feira, trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove do JORAM -----

No ponto três: outros assuntos foi apresentada e aceite pela Assembleia Geral a carta de renúncia ao lugar de suplente de primeiro vogal do Conselho Fiscal de Marisa Fernandes de Canha, sócio número cento e dezoito, por motivos de ordem Pessoal. - Foi também lida e aceite a carta de demissão do primeiro secretário da Assembleia Geral José Carlos Martins de Góis, sócio número duzentos e quinze. A presente Direção e a Assembleia Geral repudiaram as palavras ofensivas e injustificadas que o senhor utilizou na carta da sua demissão do cargo de secretário da Assembleia Geral da Casa do Povo de Ponta Delgada. Foi deliberado para este cargo o segundo secretário dos suplentes: Nélia Lopes Sena, sócio número cento e vinte e três. ----- Finalmente foi referido que fora atualizado o inventário de materiais e equipamentos da instituição. Por último deu-se a informação do concerto: "Música a Norte" do ciclo de música barroca, a realizar no próximo domingo na igreja paroquial do Bom Jesus de Ponta Delgada. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezanove horas e cinquenta minutos, lavrando-se para constar, a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada por todos os sócios presentes. -----

*Dionísio  
Blindo Abreu  
Fernanda  
Ribeiro*

Nome: CASA DO PVO DE PONTA DELGADA  
Morada: Sítio do Açougue  
Cód. Postal: 9240 Ponta Delgada  
N.I.P.C.: 511 047 380  
Matr.Cons.R.C.:  
Capital Social: 0,00 Euros

C.A.E.: 91333  
Sob. o N.º

Página:

55

### LIVRO DE ACTAS

José Manuel Gomes Ferreira  
José Maria da Rosa  
Fernando Fontes de Jesus  
Oscarina da Silva  
Luis Felipe Eney dos  
Maria Elizabeth Fernandes de Góis  
Ma. Cariça Góis Fernandes  
Jorge Antunes  
Teusa Mendes de Freitas Costa  
Liliane Mariana Fernandes Góis  
Jesus.  
Jéssica Manuela Faria de Silveira  
Maria Gonçalves  
Maria Cândida Lopes  
Cândida Agostinha Costa  
José Sales da Costa  
Nílton Lopes de Sena  
Corise Fernandes De Onha.  
Maria Rosaria Fernandes Faria  
Álvaro Eugénio Chaves da Silva  
Maria Severina Fernandes  
Domingos  
Markos Benedita Gonçalves  
Maria Gozetti Nascimento Santos  
Maria Benedita dos Santos  
Madalena Gonçalves Martins Fernandes

7

8

9

10

11

12

13

14